Assembleia da República Divisão de Apoio às Comissões Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Entrada: 17/05/2024 Discussão e votação a: 22/05/2024 Resultado: Aprovado Favor: PSD, CH, IL e CDS-PP Contra: PS e L Ausência: BE, PCP e PAN GRUPO
PARLAMENTAR
CHEGA

Exmo. Sr. Presidente da Comissão da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Filipe Neto Brandão

Assunto: Requerimento para Audição, com carácter de urgência, do Exmo. Senhor

Coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental, Dr. Rui Baleiras.

Exmo. Sr. Presidente,

No seguimento do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP a 22 de

abril, e cuja Audição decorreu no dia 14 de maio ao Ex-Ministro Dr. Fernando Medina,

estivemos perante a análise de informação financeira descrita pela UTAO no relatório n.º

4/2024, de primordial sensibilidade e importância.

A informação em apreço e o expresso no referido requerimento, é de relevância cirúrgica para

a gestão dum país, que apenas e só, com a análise criteriosa e idónea de um serviço

especializado como Unidade Técnica de Apoio Orçamental, poderá ser feita. Desta forma,

jamais poderá ser colocada em causa, independentemente do Grupo Parlamentar que a

analise.

É inegável e divulgada a informação no relatório que "O valor nominal da dívida pública na

ótica de Maastricht encontra-se influenciado pelo efeito de consolidação, resultante do facto

de entidades em todos os subsectores institucionais serem investidores em parcelas

significativas de dívida pública. Este efeito subiu consideravelmente em 2023 (mais 12,1 mil

M€ do que no ano anterior)".

Face ao exposto, o Ex-Ministro das Finanças a atual Deputado Dr. Fernando Medina, vem

informar que "... é falsa a afirmação que consta do documento da UTAO de que houve qualquer

orientação política no recurso dos fundos".

GRUPO
PARLAMENTAR
CHEGA

Não é inédito, e para mais entre ministros do Partido Socialista, mas desta vez, o Ex-Ministro e Deputado Dr. Fernando Medina, atacou por diversas vezes a qualidade técnica da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) e as conclusões dos vários relatórios que são produzidos por esta entidade que funciona na dependência da comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP).

O Ex-Ministro das Finanças apontou falhas, algumas "*muito graves*" e colocou em causa a qualidade técnica dos relatórios, nomeadamente o que foi publicado no dia 9 de abril sobre a gestão da dívida pública de 2023 que aponta para uma "*redução artificial*" da dívida por recurso a instrumentos diversos nas administrações públicas.

"As qualidades técnicas dos relatórios são todas muito discutíveis", frisou o ex-governante e admitiu mesmo que, se fizesse parte da COFAP, iria ponderar o recurso a outras entidades. "Porque é que há pessoas que escrevem nos relatórios da UTAO como escrevem?", questionou, dando exemplos concretos das dúvidas técnicas sobre o referido relatório da dívida, sobre o decreto de lei da execução orçamental (DLEO).

A UTAO escreve na página 9 o seguinte: "A propósito de uma norma de que o Fundo de Estabilização da Segurança Social (FEFSS) não pode alienar divida até 31 de março. A UTAO pesquisou os DLEO até 2018 não tendo encontrado uma disposição semelhante. E conclui que esta disposição é uma prova de orientação política", afirmou o Ex-ministro e atual Deputado Fernando Medina, acrescentando tratar-se de um "absurdo". O DLEO foi aprovado e publicado no dia 29 de janeiro, entra em vigor no dia seguinte da publicação. A dívida é aferida no dia 31 de dezembro de 2023 e a determinação tem uma aplicação nula e "quem escreveu isto, é de profunda ignorância, porque se aplica apenas em 2024."

"A norma constante do DLEO tem uma aplicação totalmente nula relativamente à dívida de 2023" afirmou. "Zero. Não se aplica. Não tem aplicação. Não tem nada a ver. Quem escreveu, isto é de uma profunda ignorância", reafirmou. "A aplicação do DLEO, que se aplica exclusivamente a partir do dia 30 de janeiro de 2024, não tem qualquer aplicação ao corte da dívida pública que é feito a 31 de dezembro de 2023. Como é que isto se coloca num relatório sobre isto?", questionou.

GRUPO
PARLAMENTAR
CHEGA

De acordo com as notícias vindas a público no dia 15/05/2024 pelo Jornal Expresso¹ na sua

edição online, o Deputado e Ex-Ministro das Finanças Fernando Medina fez um "ataque vil e

sem fundamentos verdadeiros ao profissionalismo das pessoas que fazem a UTAO todos os

dias", conforme declarações do Coordenador da UTAO, o Dr. Rui Baleiras.

Mais referiu que a sua tomada de posição, perante tais declarações será efetuada em tempo

oportuno, para que "... a defesa da honra pessoal e da dos meus colegas não seja confundida

no espaço público com a transformação da UTAO, por vontade própria, num agente político-

partidário".

Considerando que a UTAO tem um papel fundamental no apoio à COFAP sendo que a sua

credibilidade, isenção e transparência foram postas em causa pelo Senhor Ex-Ministro das

Finanças Dr. Fernando Medina, urge dar ao Senhor Coordenador da UTAO, Dr. Rui Baleiras, o

acesso ao contraditório, em nome da preservação da imagem de uma entidade que merece

todo o respeito e consideração, pelo valioso apoio que tem dado à COFAP, apesar dos seus

cada vez mais escassos recursos técnicos e humanos.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar

do Partido CHEGA vem requerer a Audição, com carácter de urgência, do Exmo. Senhor

Coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental, Dr. Rui Baleiras.

Palácio de São Bento, 16 de maio de 2024

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Rui Afonso

Eduardo Teixeira

Ricardo Dias Pinto

Marcus Santos

¹ - https://expresso.pt/economia/contas-publicas/2024-05-15-medina-fez-ataque-vil-e-sem-fundamentos-diz-coordenador-da-utao-70ff58c0

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de são Bento | 1240-068 Lisboa 213 919 000 | gabinete@ch.parlamento.pt